

DESPACHO

Processo: 242/23-DG/MP - SEI 29.0001.0080662.2023-60

Interessado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Assunto: Arrolamento de bens patrimoniais considerados inservíveis à Instituição

- 1. ACOLHO** a manifestação do Presidente da Comissão de Arrolamento de Bens Patrimoniais.
- À vista dos elementos constantes dos autos, e no uso das atribuições a mim conferidas, **HOMOLOGO** os atos proferidos pela Comissão de Arrolamentos de Bens Patrimoniais.
- AUTORIZO**, com fulcro no artigo 17, II, "a", da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e artigo 13º da Resolução nº 1180/19-PGJ, de 21 de novembro de 2019, e com observância às disposições contidas no Edital de Doação de Bens nº 13/2023, a **DOAÇÃO**, à instituição filantrópica de utilidade pública interessada, os bens considerados inservíveis ao Ministério Público do Estado de São Paulo, arrolados nestes autos, com entrega mediante recibo, na seguinte conformidade:
 - 3.1 - Lotes 01, 06, 07 e 08** em favor da **INSTITUIÇÃO CRISTÃ BENEFICENTE VERDADE E LUZ**, CNPJ: 61.694.857/0001-43.
- Publique-se.
- À Comissão de Arrolamentos para as medidas de praxe, com tramitação direta ao Cento de Administração e Transportes - CAT para ciência e adoção das providências de sua alçada.

CAMILA MOURA E SILVA

Promotora de Justiça

Diretora-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Camila Moura e Silva, Diretora-Geral**, em 12/09/2023, às 08:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei Federal 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [neste site](#), informando o código verificador



11448877 e o código CRC 610F3B09.

29.0001.0080662.2023-60

11448877v3